

*LXV*

**2024**

# **Orçamento**

---

**SMAS**

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE  
ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

## ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA -----	1
2.	POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA-----	4
3.	VERIFICAÇÃO DO EQUILÍBIO CORRENTE-----	7
4.	NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024-----	9
5	ANÁLISE ORÇAMENTO-----	21
5.1.	ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO DE 2024-----	21
5.2.	ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO DE 2024-----	23
5.3.	ORÇAMENTO PLURIANUAL DA RECEITA PARA OS ANOS 2024 A 2028-----	25
5.4.	ORÇAMENTO PLURIANUAL DA DESPESA PARA OS ANOS 2024 A 2028-----	27
5.5.	RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-----	29
5.6.	MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS-----	31
5.7.	ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL POR ECONÓMICA-----	34
5.8.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-----	43
6.	MAPAS DE PESSOAL-----	47

✓  
✓  
✓

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2023 foi marcado pelo início da atividade dos SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes.

Após o exercício do direito de Resgate da Concessão da Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluente do Concelho de Paredes, bem como o processo de transição dos sistemas de abastecimento de água e saneamento para um modelo de gestão pública direta, os SMAS iniciaram a sua normal atividade a 1 de maio de 2023.

O desafio das acrescidas e diferentes exigências de carácter operacional dos SMAS de Paredes, levaram a uma gestão atenta, rigorosa e responsável dos recursos disponíveis, de forma a aumentar a eficiência da prestação do serviço público de fornecimento de água e tratamento de águas residuais. Exemplo disso, foi a reorganização das equipas dos serviços operacionais, que desde o início de atividade dos SMAS de Paredes até à data da elaboração do presente orçamento, construíram 135 ramais de água e 93 ramais de saneamento, o que se traduz no acesso à rede de distribuição de água pública de 204 fogos/utilizadores e no acesso à rede pública de tratamento de águas residuais de 166 fogos/utilizadores.

Foi efetuado investimento na aquisição de equipamentos para utilização pelas equipas operacionais, das quais se destacam uma nova mini giratória para atividade de reparação de avarias e construção dos referidos ramais domiciliários.

Para além da reorganização dos serviços, mantivemos a execução dos restantes serviços, dos quais se destacam a monitorização da qualidade de água distribuída, monitorização da rede de abastecimento de água para minimização de perdas, registo para correção de afluências indevidas ao sistema de saneamento, serviço de limpeza de fossas, análise e emissão de pareceres de projetos de redes prediais e operações urbanísticas no âmbito de infraestruturas públicas de água e saneamento, entre outras.

Assim, o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes, submete à apreciação e aprovação, o segundo orçamento dos SMAS de Paredes. Com esta gestão direta dos serviços, o Conselho de Administração pretende manter um nível elevado de qualidade de serviço e o desenvolvimento de investimento que culmine na cobertura a 100% do concelho de Paredes com os serviços públicos de água e saneamento.

Neste orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos reflete um valor de investimento na rede de abastecimento de água e de saneamento no Concelho de Paredes assente em apoios comunitários do Quadro Comunitário Portugal 2030 num total de 6 886 769€, a realizar nos próximos anos, e na libertação de receitas próprias para a execução dos referidos investimentos.

O ano de 2024 será também o momento que corresponderá à entrada em serviço das redes de saneamento das freguesias de Recarei e Sobreira, onde terão acesso à rede de tratamento de águas residuais cerca de 660 fogos na freguesia de Recarei e 650 fogos na freguesia da Sobreira. De recordar que estes investimentos resultaram da candidatura da Câmara Municipal de Paredes a Fundos Comunitários no âmbito do PO SEUR.

Importa ainda referir que ocorreram outros alargamentos de redes de abastecimento de água e saneamento, com intervenções nas freguesias de Sobrosa, Louredo, Beire, Bitarães, Gondalães e Rebordosa; estes investimentos, que entrarão em funcionamento em 2024 foram claramente ao encontro das populações que, até aí, estavam privadas dos serviços públicos essenciais, prevendo-se a ligação de 26 fogos ao serviço de água e 80 fogos ao serviço de saneamento, nas referidas freguesias.

Na elaboração da proposta tarifária para 2024, o Conselho de Administração dos SMAS de Paredes, entendeu que, devido ao quadro conjuntural a que se assiste neste momento, não é previsto qualquer aumento das tarifas junto dos seus utilizadores. Pelo contrário, irá assistir-se a uma redução do tarifário de água para as instituições privadas de solidariedade social, corporações de bombeiros voluntários e delegações concelhias da Cruz Vermelha Portuguesa. Esta redução, da qual se aguarda parecer do Regulador, só é possível graças ao esforço da contenção de custos, das quais se destacam a eficiência energética, redução de perdas de água e afluências indevidas ao sistema de saneamento, entre outros, bem como ao empenho e dedicação de todos os seus colaboradores nas atividades diárias do serviço. Será ainda implementado o tarifário social, para apoio aos utilizadores dos serviços mais carenciados.

Os SMAS de Paredes contam com a imprescindível colaboração dos seus colaboradores, sendo este o ativo mais valioso e decisivo na prestação dos serviços públicos que se pretendem de excelência junto da população.

O Conselho de Administração

O Presidente,

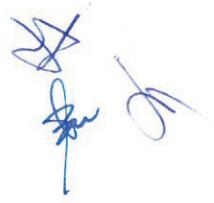
Alexandre Almeida

O 1º Vogal,

Elias Barros

O 2º Vogal,

Tânia Ribeiro



## 2. POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA



O ano de 2024 será o primeiro ano civil completo de atividade dos SMAS de Paredes.

A constituição do orçamento para esse ano, bem como o plurianual reveste-se de alguns princípios basilares que são as linhas orientadoras para aquilo que é a atividade vital dos SMAS: prestar um serviço básico de excelência aos Municípios de Paredes.

Esta orientação reveste-se de uma multiplicidade de tarefas, das quais se destaca:

- A qualidade de água distribuída;
- O correto encaminhamento para tratamento das águas residuais produzidas;
- O atendimento e disponibilidade aos utilizadores dos serviços de água e saneamento do concelho de Paredes;
- A proximidade, que acarreta para os SMAS a escuta atenta das necessidades e a projeção de investimentos que realmente superem as expectativas das populações;
- O seguimento das orientações do regulador (ERSAR) tendo em vista o serviço de excelência e o reconhecimento a nível nacional;
- O bem estar dos seus colaboradores que, sendo o capital mais valioso de qualquer empresa ou organização, são o garante do desenvolvimento dos SMAS de Paredes.

Na elaboração do presente orçamento, foram seguidas as regras orçamentais estabelecidas no POCAL, na Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma este que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, conjugadas com as previstas pela Lei do orçamento em vigor, bem como o modelo previsto na SNC AP, que se caracteriza pela dimensão plurianual para as Receitas e Despesas de todas as naturezas.

Os documentos previsionais foram também elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio, apresentando o orçamento para o ano de 2024 um valor total de 11 838 377 €.

O valor da receita apresentado refere-se essencialmente a receita corrente, que se estima ser de 8 258 837 €, enquanto que o total da despesa corresponderá ao valor de 6 381 990 € de despesas correntes e de 5 456 387 € de despesa de capital, sendo esta última maioritariamente constituída por Aquisição de Bens de Capital. Os SMAS de Paredes irão candidatar-se já no próximo ano a Fundos Comunitários através da Estratégia Portugal 2030, no Programa Operacional no Norte 2030, que permitirá aumentar o investimento na construção de redes de água e saneamento no Concelho, no valor de 6 886 769 €. Para o ano de 2024, estima-se a utilização de cerca de 50% dos Fundos Comunitários disponíveis, totalizando um investimento em cerca de 3 579 528 €, sendo o restante valor utilizado em anos seguintes.

Perspetiva-se para o ano de 2024, um investimento de 1 571 734 € na expansão de redes de água e de 3 509 026 € na expansão de redes de saneamento, o que perfaz um total de 5 080 760 €. Este investimento que totaliza uma extensão de cerca de 10,4 Km no serviço de abastecimento de água e de cerca de 13,3 Km no serviço de saneamento, permitirá servir cerca de 350 fogos com o serviço público de abastecimento de água e 890 fogos com o serviço público de saneamento.

Ainda para o ano de 2024, e seguindo os melhores critérios e práticas do setor, estão previstos investimentos de renovação de redes de abastecimento de água e de saneamento, bem como os respetivos ramais de ligação aos imóveis, que irão incrementar melhoria e eficiência nos sistemas para tendencialmente diminuir-se as perdas de água e reduzir o impacto de afluências indevidas nos sistemas de tratamento de águas residuais, conduzindo de igual forma a melhorias energéticas.

Destaque, ainda, para a renovação do equipamento de GPS que permite às equipas registar de forma inequívoca as infraestruturas geridas pelos SMAS no subsolo do concelho de forma a partilhar esse mesmo conhecimento na plataforma de sistema de informação geográfica já disponível nos SMAS e na Câmara Municipal de Paredes.

Releve-se ainda o forte investimento previsto na melhoria do sistema de telegestão, a tecnologia que permite sentir o “pulsar” do sistema à distância de um smartphone de um operador.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, está cumprida, sendo que esta determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, assumindo esta última componente o valor zero porquanto os SMAS não dispõem atualmente de qualquer financiamento bancário.

#### Regra do Equilíbrio Orçamental

Descrição	Valor (€)
Receita corrente prevista	8 258 837,00
Despesa corrente prevista	6 381 990,00
Saldo corrente (a)-(b) = ( c)	1 876 847,00
Amortização média empréstimos MLP (d)	0
Excendente anual ( c ) - (d) = €	1 876 847,00

Regra do Equilíbrio Orçamental (artigo 40º e 83º da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Assim, o orçamento agora apresentado foi elaborado com base em dados reais da atividade dos SMAS em 2023.

O rigor dessa atividade de 2023 é o ponto de partida que impacta no orçamento ambicioso que se pretende concretizar para 2024, já com a visão plurianual até 2028.

Para a sua concretização a organização leva a cabo diariamente as inúmeras atividades que contribuem para o seu desenvolvimento, indo ao encontro daquilo que é um serviço básico essencial à população de Paredes. A atenção, respeito e implementação nas boas práticas emanadas pelo Regulador será de igual forma um dos pontos-chave para esse sucesso.

O culminar de tudo isto será o atingir a cobertura efetiva dos serviços de água e saneamento a 100% do concelho de Paredes.

O Conselho de Administração dos SMAS de Paredes apostava no empenho e dedicação de toda a organização para a concretização destes objetivos.

*[Handwritten signature]*

### 3. VERIFICAÇÃO DO EQUILÍBRIO CORRENTE

No estrito cumprimento do nº 2, do artigo 40º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, na sua redação atual, o Plano Orçamental Plurianual apresenta-se equilibrado em todo horizonte temporal 2024-2028.

Verifica-se que a receita corrente bruta cobrada apresenta-se superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, assumindo esta última componente o valor zero porquanto os SMAS não dispõem atualmente de qualquer financiamento bancário tal como resulta do exposto no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Regra do Equilíbrio Orçamental</b>				<b>Valores em EUR</b>
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Receita corrente prevista	8 258 837,00	8 547 303,00	8 846 460,00	9 156 086,00	9 476 550,00
Despesa corrente prevista	6 381 990,00	6 558 951,00	6 690 141,00	6 823 957,00	6 960 988,00
Saldo corrente (a)-(b) = ( c)	1 876 847,00	1 988 352,00	2 156 319,00	2 332 129,00	2 515 562,00
Amortização média empréstimos MLP (d)	0	0	0	0	0
Excendente anual ( c ) - (d) = €	1 876 847,00	1 988 352,00	2 156 319,00	2 332 129,00	2 515 562,00

Regra do Equilíbrio Orçamental (artigo 40º e 83º da Lei 73/2013, de 3 de setembro)



#### 4. NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024

## CAPÍTULO I

### Âmbito e princípios genéricos

#### Artigo 1º

##### Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece um conjunto de regras e procedimentos específicos, indispensáveis à execução do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes (SMAS de Paredes), no estrito cumprimento do disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, garantindo o cumprimento das regras e princípios orçamentais consagrados no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual que aprovou o SNC-AP, na Lei de Orçamento do Estado, na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, bem como no Código dos Contratos Públicos e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
2. Com este documento e em articulação com a legislação referida no ponto anterior, pretende-se criar todas as condições necessárias à integração consistente da atividade financeira a desenvolver pelos SMAS de Paredes, numa contabilidade pública moderna que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão.
3. O presente normativo é obrigatoriamente aplicável a todos os serviços dos SMAS de Paredes.

#### Artigo 2º

##### Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais, dever-se-á ter em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas atenta a uma gestão eficiente da tesouraria, princípios estes que pressupõem que a assunção dos encargos geradores de despesa deverá ser devidamente justificada quanto à necessidade, oportunidade e respetiva utilidade.
2. Os serviços são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, em conformidade com os normativos legais e assegurando o cumprimento dos princípios de economia, eficácia e eficiência organizacional, assegurando a cabimentação prévia da despesa e o registo dos respetivos compromissos a assumir.



### Artigo 3º

#### **Utilização das dotações orçamentais**

Durante o ano de 2024 e se aplicável a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de Fundos Disponíveis a curto prazo, calculados numa base semestral.

### Artigo 4º

#### **Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano**

1. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento poderá ser objeto de alterações orçamentais modificativas que traduzem a necessidade de inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta um aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas face ao orçamento que esteja em vigor, e de alterações orçamentais permutativas que procedem à alteração da composição do orçamento da receita ou de despesa, mantendo constante o seu montante global

Estas modificações deverão assegurar as seguintes regras:

- a) As dotações inscritas no orçamento, com comparticipação prevista de Fundos Comunitários ou outros, não poderão ser utilizadas para reforços de outras rubricas, para além da contrapartida dos próprios Serviços Municipalizados.
  - b) Não deve ser efetuada anulação em dotações orçamentais de capital para reforço de despesa corrente, ficando sujeita a prévia avaliação do equilíbrio corrente orçamental municipal;
  - c) A anulação ou reforço de despesa afeta às Grandes Opções do Plano dever ter como contrapartida, preferencialmente, despesa afeta ao respetivo plano.
2. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a uma alteração orçamental modificativa, salvo quando se trate da aplicação de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou da nova tabela de vencimentos publicada, após a aprovação do orçamento inicial.
3. Na alteração orçamental modificativa podem ser utilizadas as contrapartidas seguintes, para além das referidas no número anterior:
  - a) Saldo apurado;
  - b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento;
  - c) Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.
4. As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, podendo, ainda, incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.

5. A inscrição de novas classificações económicas da despesa resultante da diminuição ou anulação de outras dotações, ou, no caso de aumento da despesa, com exceção das referenciadas como contrapartida de alterações indicadas no ponto 2, conduz à elaboração, apreciação e aprovação de uma alteração orçamental modificativa.
6. As modificações ao Plano Plurianual de Investimentos consubstanciam-se em alterações modificativas e permutativas, sendo que as modificativas têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos naquelas considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.
7. A realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao mesmo, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento quando for o caso.

## CAPÍTULO II

### **Receita Orçamental**

#### Secção I

##### **Princípios Gerais**

###### **Artigo 5º**

###### **Princípios gerais para a arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A arrecadação da receita será efetuada no respeito pela liquidação e regulamentos em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito.
4. No momento da liquidação ou da arrecadação da receita, os serviços deverão verificar os normativos legais e regulamentares de suporte, sendo responsáveis pela sua entrega atempada na Tesouraria dos SMAS de Paredes.
5. A arrecadação de receitas será efetuada com base no Regulamento Tarifário dos SMAS de Paredes em vigor, em regulamentos próprios e, ainda, nos demais casos em que a Lei assim o preveja.

###### **Artigo 6º**

###### **Documentos de suporte à liquidação de receita**

1. É da exclusiva competência da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) a gestão e controlo de todos os documentos necessários ao registo e cobrança das receitas.



2. A cobrança de receitas é efetuada através da emissão de documentos de receita.
3. Os documentos de receita referidos no número anterior devem ser datados, numerados sequencialmente e conter os elementos previstos no artigo 36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

## Secção II

### Entrega das Receitas Cobradas

#### Artigo 7º

##### Receita Cobrada

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços deverão, por princípio, dar entrada na Tesouraria no próprio dia da cobrança, até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate de cobranças de receitas por entidades diversas do tesoureiro (posto de cobrança externo), deverá ser privilegiado, sempre que logicamente possível ou razoável, o depósito diário das cobranças efetuadas na conta bancária indicada pela Tesouraria.
3. A entrega da receita na Tesouraria deverá ser acompanhada de resumo referente às cobranças e as respetivas guias de receita que lhe deram origem devem constar do Arquivo Documental de cada documento emitido.

#### Artigo 8º

##### Valores recebidos pelo correio

O setor de expediente ao rececionar um valor por correio, cheque ou vale postal, deve entregá-lo no próprio dia na Tesouraria que procederá ao recebimento do montante a que o mesmo se refere.

#### Artigo 9º

##### Valores recebidos através dos Terminais de Pagamento Automático

1. A existência de pagamentos eletrónicos exige que os serviços respetivos encetem os procedimentos necessários à transmissão da informação e consequente crédito na conta dos SMAS de Paredes, assegurando a centralização da informação financeira para efeitos contabilísticos.
2. Os terminais de pagamento automático existentes nos serviços são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta dos SMAS de Paredes.
3. A Tesouraria deverá validar a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

## Artigo 10º

### **Valores creditados em conta bancária**

1. Qualquer montante creditado nas contas bancárias dos SMAS de Paredes, com exceção das contas específicas para depósito de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização de quem tem competência para o efeito.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada desde que os clientes/consumidores apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário/transferência para posterior validação.

## Artigo 11º

### **Entrega de Valores Titulados**

1. Os serviços que rececionem expediente relativo a cauções, independentemente do modo de prestação, deverão remeter de imediato à DAF que procederá ao respetivo registo.
2. Naquela Divisão são criados os mecanismos necessários à fiscalização do movimento dos respetivos depósitos e a sua restituição, quando para tal estiverem reunidas as necessárias condições.

## CAPÍTULO III

### **Despesa Orçamental**

#### **Secção I**

##### **Princípios Gerais**

## Artigo 12º

### **Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, naturalmente aquelas não revogadas pelo SNC-AP, bem como as novas regras a aplicar resultantes da implementação da NCP26 do referido SNC-AP, e bem assim da LCDA, se aplicável, com as devidas adaptações impostas pela Lei de Orçamento de Estado, e demais disposições legais e regulamentares.
2. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas se verificarem os requisitos de conformidade legal da despesa.
3. Os procedimentos conducentes à realização da despesa estão vinculados ao cumprimento de um conjunto de normas instituídas pela LCDA e respetiva regulamentação, designadamente quanto às regras relativas à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.
4. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

*(Handwritten signatures)*

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
- b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
- c) Emitido o número de compromisso válido e sequencial, que é refletido na nota de encomenda ou documento equivalente.
5. As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
6. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a verificação dos Fundos Disponíveis, salvo se houver disposição em contrário por força da LOE em vigor.
7. Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA.
8. As ordens de pagamento de despesa caducam a 31 de dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento.

#### Artigo 13º

##### **Fundos de Maneio**

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. As despesas realizadas através dos fundos de maneio deverão onerar, segundo a sua natureza, as correspondentes classificações económicas orçamentais de classificação económica e ser devidamente justificados.

#### Artigo 14º

##### **Conferência, verificação e registo da despesa**

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. As funções de registo das operações de cabimento e compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas são asseguradas pela DAF.
3. Os processos de despesa deverão ser devidamente instruídos, contendo todos os documentos, registos e despachos que se mostrem necessários, sendo da competência da DAF apreciar a adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas, desencadeando as ações indispensáveis ao cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido.
4. As faturas ou documentos equivalentes que justifiquem a despesa realizada deverão ser emitidas em nome dos SMAS de Paredes, fazendo-se acompanhar da respectiva requisição

externa ou, na falta desta, do documento através do qual foi formalizado o pedido de fornecimento ou da prestação de serviços.

5. No caso de faturação por conta de contratos legalmente celebrados, a fatura deverá indicar o número de documento que lhe deu origem, devendo conter ainda o número de compromisso que lhe deu origem.
6. A Divisão com competência para o efeito assegura a informação necessária ao processamento das Despesas com Pessoal, nos termos do artigo seguinte.

#### Artigo 15º

##### **Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal**

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Divisão com competência para o efeito, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. Os encargos com pessoal dos SMAS de Paredes devem ser orientados pelos seguintes procedimentos:
  - a) A DAF procede ao cabimento anual e registo do compromisso dos vencimentos numa base semestral, tendo como referência estimativas realizadas de conformidade.
  - b) Mensalmente, a Divisão responsável assegura o processamento das remunerações, pensões e abonos, respetivos descontos com vista à respetiva liquidação até ao final do 5º dia útil anterior ao do pagamento. Só após verificação pela DAF da conformidade com os normativos legais aplicáveis à despesa, a tesouraria dos SMAS de Paredes deve remeter o ficheiro bancário para a realização das transferências.

#### Secção II

##### **Autorização da despesa e pagamentos**

#### Artigo 16º

##### **Competências**

1. Atentas as regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria pela legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 18º e 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho são responsáveis para autorizar despesas o Conselho de Administração.
2. O Conselho de Administração poderá ainda delegar no dirigente máximo – Diretor Delegado a competência para autorizar a realização de despesas, até ao limite estabelecido por lei.
3. A autorização para a abertura de concursos ou celebração de novos contratos de pessoal é da competência do Conselho de Administração, nos termos da legislação em vigor.
4. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com competência para o efeito, com o cabimento e o compromisso prévio de Fundos Disponíveis da DAF.
5. A autorização para a assunção de um compromisso é sempre precedida pela verificação da conformidade legal da despesa, nos termos exigidos por lei, designadamente quanto à existência de Fundos Disponíveis.



## Artigo 17º

### Repartição de Encargos

1. A abertura de procedimentos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:
  - a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. As autorizações referidas no número anterior devem fixar o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico.
3. Podem ainda ser autorizadas as despesas que resultem de adjudicações de bens ou serviços celebrados contratos de arrendamento efetuadas dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico cujos efeitos se iniciem no começo do ano económico imediato, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:
  - a) Constituir o fim da adjudicação ou da celebração do contrato despesa certa e indispensável;
  - b) Os encargos contraídos não excederem a importância de dois duodécimos da verba consignada a despesas da mesma natureza no orçamento do ano em que se fizer a adjudicação ou se celebrar o contrato;
  - c) Seja devidamente declarado que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa, declaração esta que supre a informação de cabimento exigida no instrumento do contrato e obedece à condição do encargo vir a ser suportada pela correspondente verba do orçamento do ano económico imediato.
4. Qualquer encargo resultante do disposto nos números anteriores só poderá ser assumido desde que previamente registado o compromisso da importância correspondente à despesa a realizar no ano em curso, bem como os compromissos respeitantes aos montantes das verbas a inscrever nos orçamentos futuros.

## Artigo 18º

### Compromissos Plurianuais

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, considera-se autorizada pela Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

Artigo 19º

**Autorizações Assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas:
  - a) Vencimentos e salários;
  - b) Encargos com a ADSE e outros serviços sociais;
  - c) Emolumentos do Tribunal de Contas;
  - d) Água, energia elétrica, gás e combustíveis;
  - e) Comunicações telefónicas e postais;
  - f) Prémios de seguros;
  - g) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente, como sejam as taxas de justiça, preparos e outros;
  - h) Encargos decorrentes de assinaturas periódicas e com publicação de anúncios no Diário da República e outros periódicos.
2. Consideram-se autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.
3. A autorização das despesas previstas no nº 1 está condicionada à prévia assunção de compromissos e fundos disponíveis.

**Secção III**

**Procedimentos e regras para a realização de despesa**

Artigo 20º

**Legislação Aplicável**

Os procedimentos para a realização de despesas serão efetuados de conformidade com as regras da Contratação estabelecidas no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas, na sua redação atual, incluindo as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, respetivamente, na sua redação atual, para além de quaisquer outros normativos legais sempre que aplicáveis.

Artigo 21º

**Contratação Pública**

1. A disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo está prevista no Código dos Contratos



Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

2. Compete a cada um os serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor, devendo nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos.

#### Artigo 22º

##### **Equipamento e soluções informáticas**

As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para o Serviço de Informática a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.

#### Artigo 23º

##### **Bens de Economato e Consumíveis de Informática e Outros Bens e Serviços**

1. Os procedimentos legais e regulamentares concernentes à aquisição de bens de economato e consumíveis de informática são da responsabilidade do serviço responsável pela Contratação Pública.
2. Cabe àquele serviço o desenvolvimento dos procedimentos conducentes à contratação de fornecimento de bens e serviços para além dos referidos anteriormente.

#### Artigo 24º

##### **Despesas de deslocação**

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.
2. Os funcionários e agentes autorizados a beneficiar de ajudas de custo e de verbas para deslocação no País ou no estrangeiro ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

#### Artigo 25º

##### **Despesas de representação**

As despesas relativas a encargos de representação carecem sempre de autorização expressa do Conselho de Administração.



## Secção IV

### **Disponibilidades Financeiras**

#### **Artigo 26º**

##### **Abertura e Movimentação de Contas Bancárias**

A abertura de contas bancárias e a sua movimentação é da responsabilidade do Conselho de Administração, devendo as mesmas ser tituladas pelos SMAS de Paredes.

#### **Artigo 27º**

##### **Conciliação Bancária**

A Tesouraria manterá permanentemente atualizadas as contas correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome dos SMAS de Paredes.

## CAPÍTULO IV

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 28º**

##### **Dúvidas sobre a Execução do Orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho do Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável.

#### **Artigo 29º**

##### **Validade**

A validade do presente regulamento é coincidente com o período de vigência do Orçamento para o ano económico de 2024.

#### **Artigo 30º**

##### **Entrada em vigor**

O Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Normas de Execução Orçamental vigorarão, após aprovação em Assembleia Municipal, a partir do dia 1 de janeiro


## 5. ANÁLISE ORÇAMENTO

### 5.1. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO DE 2024

O orçamento da receita para o ano de 2024 totaliza um valor de 11 838 377 €, correspondendo à previsão da venda de bens e serviços no valor de 8 171 397 € mais o valor de 87 430 € correspondendo à componente de taxas, multas e outras penalidades e a receitas de capital provenientes essencialmente de Fundos Comunitários através da Estratégia Portugal 2030, no Programa Operacional no Norte 2030 no valor de 3 579 528 €.

#### RESUMO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

<b>Económica</b>	<b>Receitas</b>	<b>Montante 2024 (€)</b>	<b>Ponderação</b>
<b>Receitas Correntes</b>			
04 Taxas, multas e outras penalidades	87 430,00	0,74%	
05 Rendimentos da propriedade	2,00	0,00%	
06 Transferências Correntes	3,00	0,00%	
07 Vendas de bens e serviços correntes	8 171 397,00	69,02%	
08 Outras receitas correntes	5,00	0,00%	
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>8 258 837,00</b>	<b>69,76%</b>	
<b>Receitas Capital</b>			
09 Venda de bens de investimento	3,00	0,00%	
10 Transferências de capital	3 579 531,00	30,24%	
12 Passivos Financeiros	3,00	0,00%	
13 Outras receitas de capital	2,00	0,00%	
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>3 579 539,00</b>	<b>30,24%</b>	
<b>Outras Receitas</b>			
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	0,00%	
<b>Total Orçamento da Receita</b>	<b>11 838 377,00</b>		



## 5.2. ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO DE 2024

O orçamento da despesa é composto por despesas correntes no valor de 6 381 990€. As despesas de capital totalizam um valor de 5 456 387 €, sendo constituídas essencialmente por 3 579 528 € correspondente à previsão de investimento proveniente de Fundos Comunitários através da Estratégia Portugal 2030 e 1 876 859 € à previsão de investimento através de receitas próprias dos SMAS de Paredes.

#### RESUMO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Económica Despesas	Montante 2024 (€)	Ponderação
<b>Despesas Correntes</b>		
01 Despesas com o pessoal	1 203 834,00	10,2%
02 Aquisição de bens e serviços	4 981 108,00	42,1%
03 Juros e outros encargos	7,00	0,0%
04 Transferências correntes	3,00	0,0%
06 Outras despesas correntes	197 038,00	1,7%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>6 381 990,00</b>	<b>53,9%</b>
<b>Despesas Capital</b>		
07 Aquisição de bens de capital	5 456 377,00	46,1%
08 Transferências de capital	4,00	0,00%
10 Passivos financeiros	3,00	0,00%
11 Outras despesas de capital	3,00	0,00%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>5 456 387,00</b>	<b>46,09%</b>
<b>Total Orçamento da Despesa</b>	<b>11 838 377,00</b>	



### 5.3. ORÇAMENTO PLURIANUAL DA RECEITA PARA OS ANOS 2024 A 2028

## RESUMO DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DA RECEITA

Económica Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	Valores em EUR
<b>Receitas Correntes</b>						
04 Taxas, multas e outras penalidades	87 430,00	91 802,00	96 393,00	101 213,00	106 274,00	
05 Rendimentos da propriedade	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
06 Transferências Correntes	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
07 Vendas de bens e serviços correntes	8 171 397,00	8 455 491,00	8 750 057,00	9 054 863,00	9 370 266,00	
08 Outras receitas correntes	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>8 258 837,00</b>	<b>8 547 303,00</b>	<b>8 846 460,00</b>	<b>9 156 086,00</b>	<b>9 476 550,00</b>	
<b>Receitas Capital</b>						
09 Venda de bens de investimento	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
10 Transferências de capital	3 579 531,00	3 193 447,00	113 800,00	4,00	4,00	
12 Passivos Financeiros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
13 Outras receitas de capital	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>3 579 539,00</b>	<b>3 193 455,00</b>	<b>113 808,00</b>	<b>12,00</b>	<b>12,00</b>	
<b>Outras Receitas</b>						
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
<b>Total Orçamento da Receita</b>	<b>11 838 377,00</b>	<b>11 740 759,00</b>	<b>8 960 269,00</b>	<b>9 156 099,00</b>	<b>9 476 563,00</b>	



#### 5.4. ORÇAMENTO PLURIANUAL DA DESPESA PARA OS ANOS 2024 A 2028



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

RESUMO DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DA DESPESA

Económica Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	Valores em EUR
<b>Despesas Correntes</b>						
01 Despesas com o pessoal	1 203 834,00	1 227 921,00	1 252 478,00	1 277 529,00	1 303 077,00	
02 Aquisição de bens e serviços	4 981 108,00	5 130 041,00	5 232 656,00	5 337 320,00	5 444 621,00	
03 Juros e outros encargos	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	
04 Transferências correntes	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
06 Outras despesas correntes	197 038,00	200 979,00	204 997,00	209 098,00	213 280,00	
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>6 381 990,00</b>	<b>6 558 951,00</b>	<b>6 690 141,00</b>	<b>6 823 957,00</b>	<b>6 960 988,00</b>	
<b>Despesas de Capital</b>						
07 Aquisição de bens de capital	5 456 377,00	5 181 798,00	2 270 118,00	2 332 132,00	2 515 565,00	
08 Transferências de capital	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
10 Passivos financeiros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
11 Outras despesas de capital	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>5 456 387,00</b>	<b>5 181 808,00</b>	<b>2 270 128,00</b>	<b>2 332 142,00</b>	<b>2 515 575,00</b>	
<b>Total Orçamento da Despesa</b>	<b>11 838 377,00</b>	<b>11 740 759,00</b>	<b>8 960 269,00</b>	<b>9 156 099,00</b>	<b>9 476 563,00</b>	



## 5.5. RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



## RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Económica	Descrição	Valores em EUR				
		2024	2025	2026	2027	2028
	<b>Administração Geral</b>	<b>232 193,00</b>	<b>173 890,00</b>	<b>155 268,00</b>	<b>173 890,00</b>	<b>173 836,00</b>
070101	Terrenos	10,00	10,00	10,00	10,00	1,00
070103	Edifícios	10,00	10,00	10,00	10,00	1,00
070106	Material de transporte	10,00	10,00	10,00	10,00	1,00
070107	Equipamento de Informática	15 310,00	15 300,00	15 300,00	15 300,00	15 300,00
070108	Software informático	123 000,00	61 500,00	48 811,00	61 500,00	61 500,00
070109	Equipamento administrativo	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
070110	Equipamento básico	91 515,00	94 030,00	88 097,00	94 030,00	94 030,00
070111	Ferramentas e utensílios	308,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
070115	Outros investimentos	20,00	20,00	20,00	20,00	2,00
070205	Locação financeira	10,00	10,00	10,00	10,00	1,00
	<b>Saneamento</b>	<b>3 564 515,00</b>	<b>3 515 330,00</b>	<b>1 470 589,00</b>	<b>1 562 201,00</b>	<b>1 725 545,00</b>
07010402	Sist. Drenagem de águas residuais	3 564 515,00	3 515 330,00	1 470 589,00	1 562 201,00	1 725 545,00
	<b>Abastecimento de Água</b>	<b>1 659 669,00</b>	<b>1 492 578,00</b>	<b>644 261,00</b>	<b>596 041,00</b>	<b>616 184,00</b>
07010407	Captação e distribuição de água	1 659 669,00	1 492 578,00	644 261,00	596 041,00	616 184,00
<b>07</b>	<b>Total Geral</b>	<b>5 456 377,00</b>	<b>5 181 798,00</b>	<b>2 270 118,00</b>	<b>2 332 132,00</b>	<b>2 515 565,00</b>



## 5.6. MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2024

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	8.258.837,00	Correntes .....	6.381.990,00
De capital .....	3.579.539,00	De capital .....	5.456.387,00
Outras .....	1,00		
Total	11.838.377,00	Total	11.838.377,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	11.838.377,00	Total Geral	11.838.377,00

ENTIDADE  
SMASP

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

APROVAÇÕES :

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2024

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	87.430,00	0.7
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3,00	0.0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	8.171.397,00	69.0
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.258.837,00	69.8
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	3,00	0.0
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.579.531,00	30.2
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	3,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.579.539,00	30.2
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	1,00	0.0
TOTAL GERAL	11.838.377,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	1.203.834,00	10.2
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.981.108,00	42.1
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	7,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3,00	0.0
05 SUBSÍDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	197.038,00	1.7
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.381.990,00	53.9
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.456.377,00	46.1
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4,00	0.0
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS	3,00	0.0
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	5.456.387,00	46.1
TOTAL GERAL	11.838.377,00	100.0

## 5.7. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL POR ECONÓMICA



Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO		Desagregar : S	Euros	
Rubrica	Designação	Periodos anteriores	Orçamento 2024		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2025	2026	2027	2028
0702090102	SANEAMENTO - TAXA FIXA		1.358.035,00	1.358.035,00	1.425.937,00	1.497.234,00	1.572.096,00	1.650.701,00
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARS		70.948,00	70.948,00	74.496,00	78.221,00	82.132,00	86.239,00
0702090401	TRABALHOS CONTA PARTICULARS-ATIVIDADE AGUA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702090402	TRABALHOS CONTA PARTICULARS-ATIVIDADE OUTROS		70.947,00	70.947,00	74.495,00	78.220,00	82.131,00	86.238,00
07020999	OUTRAS TARIFAS-ATIVIDADE AGUA		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
0702099901	OUTRAS TARIFAS-ATIVIDADE SANEAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702099902	ATIVIDADES COMPLEMENTARES-AGUA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702099903	ATIVIDADES COMPLEMENTARES-SANEAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702099904	AGUA-TARIFA FIXA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R7	Outras receitas correntes		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
0801	OUTRAS		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
080199	OUTRAS		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
08019901	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08019902	INDEM.NE DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS OU OUTROS EQUIP. PERTENCENTES A LOCAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08019903	IVA REEMBOLSADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08019904	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08019999	DIVERSAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R8	Receita de capital		3.579.537,00	3.579.537,00	3.193.453,00	113.806,00	10,00	10,00
	Venda de bens de investimento		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
090406	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENT		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09040601	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040602	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040603	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9	Transferências e subsídios de capital		3.579.531,00	3.579.531,00	3.193.447,00	113.800,00	4,00	4,00
R91	Transferências de capital		3.579.531,00	3.579.531,00	3.193.447,00	113.800,00	4,00	4,00
R911	Administrações Públicas		3.579.530,00	3.579.530,00	3.193.446,00	113.799,00	3,00	3,00
R9111	Administração Central - Estado Português		3.579.529,00	3.579.529,00	3.193.445,00	113.798,00	2,00	2,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.579.529,00	3.579.529,00	3.193.445,00	113.798,00	2,00	2,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		3.579.529,00	3.579.529,00	3.193.445,00	113.798,00	2,00	2,00
100301	ESTADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10030199	OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		3.579.528,00	3.579.528,00	3.193.444,00	113.797,00	1,00	1,00
R9112	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100501	CONTINENTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10050199	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R912	Exterior - U E							
R913	Outras							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1001	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100101	PÚBLICAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10010199	OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00











ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PAREDES

Pág. : 8  
Ano : 2024

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA      Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS      Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO      Desagregar : S      Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2024			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2025	2026	2027	2028
D72	080102 PRIVADAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D8	Subsídios de capital							
01	Outras despesas de capital		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
0102	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
1102	DIVERSAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
110201	RESTITUIÇÕES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
110203	ACORDO TRANSAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
110299	OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa efetiva [4]	11.838.374,00	11.838.374,00	11.740.756,00	8.960.266,00	9.156.096,00	9.476.560,00	
	Despesa não efetiva [5]	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
100503	SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INST. FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100508	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL-CONTINENTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100608	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL-CONTINENTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]	11.838.377,00	11.838.377,00	11.740.759,00	8.960.269,00	9.156.099,00	9.476.563,00	
	Saldo total [3] - [6]							
	Saldo global [1] - [4]							



## 5.8. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS





PLANO PLURIANUAL  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PAREDES

Identificação do Objetivo : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL  
Tipo de Objeto : DITACAS INDÍCIAS

Classificação Funcional : PIANO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS  
Tipo de Balcão : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ ECONÔMICA

Classificar em Orçamento : Total  
do Financiamento Definido : S

Classificar em Orçamento : PIANO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS

Classificar em Orçamento : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Classificar em Orçamento : ESTAR C/ MOVIMENTO

Classificar em Orçamento : PIANO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS

Classificar em Orçamento : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ ECONÔMICA

Classificar em Orçamento : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Classificar em Orçamento : ESTAR C/ MOVIMENTO

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Natureza	Fonte do Financiamento	Fase	Data	Pagamentos			Total previsto
							Real.	Ex. PERÍODOS ANT.	Estim. REALIZ.	
2.4.4.	51	2023 1 52	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA FRESCA/EIA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	52	2023 1 53	DE ÁREA DE TOALETA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	53	2023 1 54	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA FRESCA/EIA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	54	2023 1 55	DE BEGEAI	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	55	2023 1 56	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA FRESCA/EIA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	56	2023 1 57	DE VENDIMIA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	57	2023 1 58	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA DE CARROS	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	58	2023 1 59	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA DE VIEIRA	01/20/07/2040*	E	10,00	2023/01/01/2028/12/31	0	10,00	10,00
2.4.4.	59	2024 1 2	CONSTRUÇÃO REDE DE ÁGUA NO CONCELEIRO	01/20/07/2040*	E	1.225.112,00	2024/01/01/2028/12/31	0	1.225.112,00	1.225.112,00
2.4.4.	60	2024 1 3	REPARAÇÃO REDE DE ÁGUA NO CONCELEIRO	01/20/07/2040*	E	67.250,00	2024/01/01/2028/12/31	0	67.250,00	67.250,00
2.4.4.	61	2024 1 4	CONSTRUÇÃO DE RAMAL ÁGUA NO CONCELEIRO	01/20/07/2040*	E	20.405,00	2024/01/01/2028/12/31	0	20.405,00	20.405,00
Total :							234.558,01	3.575.528,00	5.455.377,00	5.455.377,00
[1] E = EXECUTADA; A = AVM DIRIGIDA - APENAS NA - NÃO APPLICÁVEL							2.270.118,00	2.301.132,00	2.315.565,00	17.951.556,01

2024  
Euros

2024



## 6. MAPAS DE PESSOAL

Na sequência da criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Paredes, adiante abreviadamente designados por “SMAS de Paredes”, criado ao abrigo e nos termos do disposto nos nº1 do artigo 8º e alíneas a) e b) do nº1 do artigo 10º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, conjugados com o nº1 do artigo 6º, nº 1 alínea a) do artigo 7º e nº 1 do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto e da aprovação da estrutura orgânica dos respetivos serviços, é da competência do Conselho de Administração deliberar sobre todos os assuntos relacionados com a gestão e a direção dos recursos humanos dos serviços municipalizados, nos termos da alínea c) do artigo 13º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

O artigo 28º da Lei Geral de Trabalho em funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual prevê que “O empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”

Estabelece ainda o nº 1 e nº 2, do artigo 29º da Lei 35/2014 de 20 de junho na sua redação atual, que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e que os respetivos mapas de pessoal devem conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou o serviço carece para ao desenvolvimento das respetivas atividades.

O Mapa de Pessoal constitui assim um instrumento de gestão fundamental para o planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

De acordo com o disposto no artº 31º da Lei nº 24-D/2022, de 30-12, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2023, a vinculação de trabalhadores dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e águas residuais pertencentes às empresas em processo de fim de concessão ou de reversão da concessão, deve estar prevista através de um mapa de pessoal residual destinado ao pessoal com contrato individual de trabalho, extinguindo-se os respetivos postos de trabalho quando vagarem, e de um mapa de pessoal para os trabalhadores que integram os serviços municipalizados com vínculo de emprego público, pelo que mostra-se necessário prever e aprovar dois diferentes mapas de pessoal para os SMAS Paredes, conforme demonstra nos mapas abaixo.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	Director de Departamento	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional	Carreiras Subsistentes/ especiais	Nº de postos de trabalho	OBS (a)
SMAS					2		1			3			3		9
<b>Subtotal</b>															
CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO NOVOS POSTOS DE TRABALHO					10)		5			1			6		13
<b>TOTAL</b>					1		7			4			9		22

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL		Nº de postos de trabalho	Area	DBS (a)
		Carreiras Subsistemas/especiais	Nº de postos de trabalho			
		Assistente operacional	3	3		
		Encarregado operacional	2	2		
		Encarregado geral operacional	3	3		
		Assistente técnico				
		Coordenador técnico				
		Técnico de informática				
		Especialista de informática				
		Técnico supervisor				
		Chefe de divisão (1)				
		Diretor de serviços (1)				
		Director de Departamento				
		Desenvolve funções, que se enquadram em directivas gerais dos dirigentes das comunicações entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, através do registo, redacção, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Trata informação recolhendo e efectuando apuramentos estatísticos elementares e elaborando mapas, quadros ou utilizando qualquer outra forma de transmissão eficaz dos dados existentes; Recolhe, examina e confere elementos constantes dos processos, anotando falhas ou anomalias e providenciando pela sua correção e arranjo, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente;				
		destinados ao transporte de água ou esgotos; Corte e rosca tubos de chumbo, plásticos, ferro, fibrocimento e materiais afins; Executa redes de distribuição de água e respectivos ramos de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; Executa redes de recolha de esgotos pluviais ou domésticos e respectivos ramos de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; instrui e supervisa no trabalho dos serventes que lhe estejam afectos.				
		Regula e assegura o funcionamento de uma ou mais instalações de captAÇÃO, tratamento e elevação de águas limpas ou residuais, a partir de uma sala de controlo; Põe em funcionamento as máquinas, tendo em atenção o objectivo da instalação, assiste e manobra os diversos aparelhos destinados a tratamento de águas limpas e residuais, como sejam despolidores de cloro, polielectrolito, cal e outros, baseando-se em determinadas especificações, vigia a sua actividade mediante indicadores apropriados, recebe instruções superiores sobre o funcionamento ou alterações a introduzir na instalação, coordena o funcionamento de todos os mecanismos, transmite a outras áreas instruções superiores e qual o tipo de manobras a executar; efectua periódicas leituras de aparelhos de controlo e medida, nomeadamente vacuômetros, manômetros, amperímetros, medidores de caudal, nível e regista os dados obtidos;				
		Vigia, através do sistema de telegestão, o conjunto de informações de funcionamento da rede em tempo real, autoriza o funcionamento das bombagens optimizando o consumo de energia, realiza o controlo automático dos consumos, por zonas e edita os balanços de exploração.				
		Ensaiá e efectua testes para se certificar do perfeito estado de funcionamento do equipamento e controla as margens de segurança, detectando e corrigindo eventuais deficiências;				
		Cuida da limpeza e lubrificação dos grupos de máquinas, utilizando massas consistentes ou outros materiais adequados, e toma em atenção normas de prevenção de acidentes;				
		Colabora em pequenas reparações e na manutenção da instalação, corrigindo anomalias mecânicas e eléctricas;				
		Comunica superficialmente as anomalias ocorridas.				

SMAS

**SERVÍCIOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES**

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL	OBS (a)	Nº de postos de trabalho	Área	Nº de postos de trabalho
			Cargos/Subsistentes/especialistas			
		Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respectiva manutenção e actualização; Gerar e documentar as configurações, e organizar, manter actualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes logicos de base; Planificar, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadores, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, optimizar e desafectar os recursos, identificá as anomalias e desenvendar as acções de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desenendar e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança de protecção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respectivos problemas.	Assistente Operacional Encarregado de operações Assistente técnico Coordenador técnico Especialista de Informática Chefe de divisão (1) Director de serviços (1) Director de departamento Departamento	1	Contabilidade e Administração	1
		Apoiar a tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização e controlo dos recursos financeiros; Planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites; Exercer funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro; Assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal; Verificar toda a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; Organizar e verificar a elaboração dos documentos previsionais, suas revisões e alterações, bem como os documentos de prestação de contas.	Assistente Operacional Encarregado de operações Assistente técnico Coordenador técnico Especialista de Informática Chefe de divisão (1) Director de serviços (1) Director de departamento Departamento	1	Contabilidade e Administração	1
		Estudar, planejar, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer estas funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores; Gestão de projetos de água e saneamento e elaboração de projectos de redes de distribuição pública	Assistente Operacional Encarregado de operações Assistente técnico Coordenador técnico Especialista de Informática Chefe de divisão (1) Director de serviços (1) Director de departamento Departamento	2	Contabilidade e Administração	2
		<b>Subtotal</b>		3	Contabilidade e Administração	3
				9	Contabilidade e Administração	9

21

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL		As constantes do artº 15º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	1	1	1	1	1	1	1
		CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO	OBJETIVO								
				Gerir os processos de recrutamento de pessoal, promovendo o normal decorrer dos procedimentos concursais; Apoiar na gestão e na organização do processo de Avaliação de Desempenho. Assegurar todo o processo relativo à formação profissional, designadamente levantamento e análise das necessidades de formação; Avaliar a formação realizada e tramitação técnica e administrativa dos procedimentos de formação; Elaborar pareceres e projetos com diversos graus de complexidade de e executar outras atividades de apoio especializado na área cadastral e de remunerações; Gerir contratos de trabalho em funções públicas, períodos experimentais; Realizar o tratado dados estatísticos no âmbito dos Recursos Humanos, designadamente Balanço social, formação profissional, despesas com pessoal, entre outros.							
				Realizar funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar informações, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade; Executar outras atividades de apoio geral ou especializado na área de Recursos Humanos; Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tornando opções de incóle técnica, enquadradas por diretrizes ou orientações superiores; Realizar o processo mensal de remunerações, subsídios, abonos, descontos dos trabalhadores e mapas a remeter às entidades respetivas; Efetuar as pernhas de vencimentos e pensões de alimentos; Controlar a organização.							
				Informação e atualização dos processos referentes ao pagamento dos abonos e subsídios familiares, bem como do controlo a parentalidade; Acompanhar o controlo da assistência dos trabalhadores; Acompanhar o serviço de inscrição, controlo e cancelamento dos funcionários, agentes e respetivos familiares na Assistência na Dívida aos Servidores do Estado (ADESE), bem como das despesas de saúde compatibilizadas pela ADESE; Declinar e oficiar sobre assuntos relacionados com o serviço; Elaborar modelos de impressos utilizados pelo serviço; Participar na elaboração do relatório anual da despesa com pensão dos trabalhadores do Município, juntamente com a Contabilidade; Gerir a aplicação da informação de recursos humanos e apresentar sugestões e propostas de desenvolvimento e atualização; Apoiar à direção do departamento suum solicitado; Assegurar outras atribuições que sejam superiormente cometidas em matéria de recursos humanos.							
				NOVOS POSTOS DE TRABALHO -							
				Nº de postos de trabalho							
				Área							
				OBJETIVO							
				OBJETIVO							

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	<b>ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL</b>  Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	Nº de postos de trabalho	OBS (a)
		<p>Estudar, planejar, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer estas funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretrizes ou orientações superiores; Gestão de clientes.</p> <p>Estudar, planejar, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer estas funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomada opção de índole técnica, enquadradas por diretrizes ou orientações superiores; Gestão de clientes.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planejamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica na área de actuação da unidade orgânica. Realização de estudos, pesquisas e levantamentos de programas comunitários, da administração central ou outros; Instrução de processos de candidatura a financiamentos de programas comunitários;</p> <p><b>NOVOS POSTOS DE TRABALHO</b></p> <p>Estudar, planejar, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer estas funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomado opções de índole técnica, enquadradas por diretrizes ou orientações superiores; Coordenação da gestão das perdas de água e infiltracões na rede de saneamento</p>		

*R. J.*

53

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL	Nº de postos de trabalho	Área	OBS (a)	Com ou sem vinculo de emprego público
					Assistente operacional	
		Executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais, destinadas ao transporte de água ou esgotos. Corta e rosca tubos de chumbo, plásticos, ferro, fibrocimento e materiais afins; Executa redes de distribuição de água e respectivos ramos de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; Executa redes de recolha de esgotos pluviais ou domésticos e respectivos rams de ligação, assentando tubagens e acessórios Necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos. Instrui e supervisiona no trabalho dos serventes que lhe estejam afectos.	4		4	Com ou sem vinculo de emprego público
		Técnico de Informática	2		2	Com ou sem vinculo de emprego público
		Coordenador técnico				
		Assistente técnico				
		Encarregado geral operacional				
		Encarregado operacional				
		Assistente especialista de informática				
		Técnico supervisor				
		Chefe de divisão (t)				
		Director de serviços (t)				
		Departamento				
		Director de departamento				
		Especialista de informática				
		Chefe de divisão (t)				
		Técnico de Informática				
		Coordenador operacional				
		Assistente técnico				
		Encarregado geral operacional				
		Assistente operacional				
		Carreiras Subsistentes/sespeciais				
		Nº de postos de trabalho				
		Area				
		OBS (a)				

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidade Orgânicas/Sectores	Organograma								Nº de postos de trabalho	OBS (a)		
		Director de Departamento	Director de serviços [1]	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional	Carreiras Subsistentes/ especiais
<b>SMAS</b>				<b>3</b>				<b>12</b>		<b>13</b>	<b>5</b>	<b>33</b>	
<b>Subtotal</b>				<b>3</b>				<b>12</b>		<b>13</b>	<b>5</b>	<b>33</b>	
<b>CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO</b>													
<b>NOVOS POSTOS DE TRABALHO</b>				<b>3</b>				<b>12</b>		<b>13</b>	<b>5</b>	<b>33</b>	
<b>TOTAL</b>													

UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXÍVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL	OBS (a)	Área		
					Nº de postos de trabalho	2
SMAS		<p>Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos identifico-tecnicos, inerentes à respectiva licenciatura, inserindo nomeadamente, nos seguientes domínios de actividade: Análise, estudos e emissão de pareceres, numa perspectiva macroscópica, sistêmatica, integrada nos assuntos que lhe são submetidos, para tratamento à luz das ciências do ambiente; Elaboração de propostas fundamentadas de solução de problemas concretos na área ambiental; Preparação, elaboração e acompanhamento de projectos ambientais; Participação, com eventual coordenação, em equipas interdisciplinares compostas por técnicos superiores ou outros, Intervenção no diálogo privilegiado com outros ramos de especialidades para a prossecução de objectivos com conteúdo pluridisciplinar.</p> <p>Realizar análises, estudo e emissão de pareceres dos assuntos que lhe são submetidos, tendo como base as melhores práticas legais ambientais, em vigor; Elaborar propostas fundamentadas com vista à resolução de problemas de caráter ambiental; Preparar, elaborar e acompanhar projetos ambientais, bem como promover a educação ambiental para todos os públicos; Colaborar com outras entidades, nomeadamente entidades da Administração Central, no cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção do ambiente em geral; Intervir junto de outros setores, para a prossecução de objectivos de conteúdo pluridisciplinar, nomeadamente: a) Assegurar a atualização em sistemas de informação geográfica – SIC, do cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de água (Baxa e Alta), de saneamento (Baxa e Alta) e de recolha de Resíduos Urbanos; b) Promover e executar ações de caráter geral ou especializadas na área da operação de redes de abastecimento de água e redes de saneamento, com o objetivo de maximizar a eficiência das mesmas, e minimizar o seu impacto ambiental nos recursos hídricos; c) Assegurar a gestão de resíduos, promovendo o controlo integrado e correto tratamento dos resíduos, fomentando a sensibilização ambiental junto da população, criando fluxos de recolha de forma a melhorar a eficiência e indicadores de desempenho nas recolhas indiferenciada e seletiva.</p> <p>Desenvolve funções, que se enquadram em directivas gerais dos dirigentes. Executa predominantemente as seguintes tarefas: Assegura a transmissão da comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, através do registo, redacção, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação. Trata informação recolhendo e efectuando apuramentos estatísticos elementares e elaborando mapas, quadros ou utilizando qualquer outra forma de transmissão eficaz dos dados existentes. Recolhe, examina e confere elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando pela sua correcção e andamento, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente.</p>	Engenharia Civil	2	1	Engenharia do Ambiente
SMAS						10

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PAREDES

Área	OBS (a)	Nº de postos de trabalho			
			Assistentes técnicos	Assistentes administrativos	Assistentes operacionais
Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Organicas/Sectores	ATRIBUIÇÕES/ACTIVIDADES/COMPETÊNCIAS OU PERFIL				
UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR FLEXIVEL					
SMAS	Executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais, destinados ao transporte de água ou esgotos. Corta e rosca tubos de chumbo, plásticos, ferro, fibrocimento e materiais afins; Executa redes de distribuição de água e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários. Executa redes de recolha de esgotos pluviais ou domésticos e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos desertos; Instrui e supervisoria no trabalho dos serventes que lhe estejam feitos.	Levanta e reveste maticos de alvenaria; Assenta manilhas, azulejos e ladrilhos; Aplica camadas de argamassa de gesso em superfícies de edificações, para o que utiliza ferramentas manuais adequadas; Executa as tarefas fundamentais de pedreiro, em geral do assentador de manilhas de gres e cimento, e do ladrilhador; Monta bancas, sanitários, coberturas a telha; Executa operações de caição a pincel ou com outros dispositivos.			
SMAS	Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras, gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecanismos complementares das viaturas; zela pela conservação e limpeza das viaturas, verifica diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências normais detectadas nas viaturas; pode condizir outras viaturas ligeiras ou pesadas; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela conservação e reparação dos utilizados, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.				
SMAS	Executa e/ou compõe maquetas, desenhos, desenhos, mapas, cartas ou gráficos relativos à área de actividades dos serviços a partir de elementos que lhe são fornecidos e segundo normas técnicas específicas e, bem assim, executa as correspondentes artes finais; Executa trabalhos de pormenorização em projectos de construção civil e arquitectura; Executa desenhos cartográficos de espaços exteriores dedicados ou não a construção civil e zonas verdes, e, bem assim, de planos de enquadramento urbano-paisagístico; Executa desenhos de plantas de implantação topográfica de espaços exteriores; Executa a ampliação e a redução de desenhos; Efetua o cálculo de dimensões, superfícies, volumes e outros factores não especificados.				

ÁREA		OBS (a)
UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR/FLEXIVEL	Unidades Orgânicas Flexíveis/Subunidades Orgânicas/Sectores	Atribuições/Actividades/Competências ou Perfil
SMAS		<p>Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos às áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território.</p>
SMAS		<p>Regula e assegura o funcionamento de uma ou mais instalações de captação, tratamento e elevação de águas limpas ou residuais, a partir de uma sala de controlo. Põe em funcionamento as máquinas, tendo em atenção o objectivo da instalação, assiste e manobra os diversos aparelhos destinados a tratamento de águas limpas e residuais, como sejam doseadores de cloro, polielectroto, caixas e outros, baseando-se em determinadas especificações. Vigia a sua actividade mediante indicadores apropriados, recebe instruções superiores sobre o funcionamento ou alterações a introduzir na instalação, coordena o funcionamento de todos os mecanismos, transmite a outras áreas instruções superiores e qual o tipo de manobras a executar, efectua periodicamente leituras de aparelhos de controlo e medida, nomeadamente vacuômetros, manômetros, amperímetros, medidores de caudal, nível e regista os dados obtidos.</p> <p>Vigia, através do sistema de telegestão, o conjunto de informações de funcionamento das bombagens optimizando o consumo de energia, realiza o controlo automático dos consumos por zonas e edita os balanços de exploração.</p> <p>Ensina e executa testes para se certificar do perfeito estado de funcionamento do equipamento e controla as margens de segurança, detectando e corrigindo eventuais deficiências;</p> <p>Cuida da limpeza e lubrificação dos grupos de máquinas, utilizando massas consistentes ou outros materiais adequados, e toma em atenção normas de prevenção de acidentes;</p> <p>Colabora em pequenas reparações e na manutenção da instalação, corrigindo anomalias mecânicas e eléctricas;</p> <p>Comunica imediatamente as anomalias ocorridas.</p>

